

PRISÃO, GÊNERO E SOLIDARIEDADE: VISÕES E CONTRADIÇÕES NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES AUTORAS DE CRIMES

PRISON, GENDER AND SOLIDARITY: VIEWS AND CONTRADICTIONS IN THE EXPERIENCE OF WOMAN WHO COMMIT CRIMES

Kamila Klasmann¹, Silvana Mariano²

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-2321-0217>
kamilaklasmann1@gmail.com

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-5849-9460>
silvanamariano@yahoo.com.br

Recebido em 13 mar. 2024

Aceito em 25 abr. 2024

Resumo: O artigo analisa a situação de prisão e restrição de liberdade nas experiências das mulheres autoras de crime, considerando os padrões das relações de gênero, com base em abordagens feministas. O objetivo é compreender os efeitos da prisão a partir de dois recortes: os atravessamentos de gênero nas vivências do cumprimento da pena, durante e após o período em regime fechado, e as concepções de solidariedade feminina entre elas. A investigação, de caráter qualitativo, foi desenvolvida na interação entre pesquisa e extensão, tendo como ambiente um projeto de extensão realizado em 2023 no Patronato Penitenciário de Londrina, local onde foram ministrados cursos de extensão com mulheres em cumprimento de penas de restrição de liberdade, abordando como método a pedagogia da escuta e a escuta ativa. Para além dos relatórios de campos produzidos durante os cursos, foram entrevistadas individualmente sete participantes do projeto, com a técnica de entrevista narrativa. Este artigo analisa a narrativa de quatro mulheres egressas do sistema prisional no Paraná, ao mesmo tempo em que reflete sobre os relatos fornecidos durante os cursos de extensão. O estudo expõe como padrões de gênero, classe e raça conformam dificuldades particulares para essas mulheres e como a solidariedade feminina emerge como um fator contraditório em suas experiências.

Palavras-chave: Feminismo. Criminologia feminista. Estudos de gênero. Extensão universitária.

Abstract: The article analyzes the situation of imprisonment and restriction of freedom in the experiences of female perpetrators of crime, considering the patterns of gender relations, based on feminist approaches. The objective is to understand the effects of prison from two perspectives: the crossings of gender in the experiences of serving the sentence, during and after their time in prison, and their conceptions of female solidarity. The investigation, of a qualitative nature, was developed in the interaction between research and extension, talking as its environment an extension project carried out in 2023 at the Patronato Penitenciário de Londrina, where extension courses were given to women serving sentences of restriction of freedom, approaching listening pedagogy and active listening as a method. In addition to the field reports produced during the courses, seven project participants were interviewed individually, using the narrative interview technique. This article analyzes the narrative of four women released from the prison system in Paraná, while reflecting on the reports provided during the extension courses. The study exposes how patterns of gender, class and race shape particular difficulties for these women and how female solidarity emerges as a contradictory factor in their experiences.

Keywords: Feminism. Feminist criminology. Gender studies. University Extension.

INTRODUÇÃO

A emergência e a consolidação do Estado penal e seus efeitos para as mulheres têm contribuído para a reformulação do debate sobre a relação das mulheres com a violência e o crime. No ano de 2022, o Brasil ultrapassou a Rússia e passou a representar a terceira maior população feminina encarcerada no mundo, antecedido por China e Estados Unidos da América. De acordo com *World Female Imprisonment List*, 4ª edição, mulheres e meninas representam 6,9% da população carcerária global (Walmsley, 2017).

Durante o período de 2000 a 2016, os dados sobre encarceramento no Brasil revelam um crescimento alarmante do número de mulheres presas em comparação aos homens. Nesse período, o encarceramento feminino aumentou em impressionantes 656%, enquanto o encarceramento masculino teve um aumento consideravelmente menor, de 293% (Brasil, 2018, p. 14). Essas estatísticas ressaltam a crescente participação das mulheres no sistema prisional e apontam para a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre as questões de gênero, criminalidade e encarceramento no contexto brasileiro.

O estigma que acompanha a “mulher criminosa” vem desde os primeiros avanços da criminologia positiva, escola esta que buscava a compreensão dos fatores que levavam os homens a transgredirem normativas penais, baseando-se em aspectos biológicos e padrões comportamentais. Nesta perspectiva, a mulher criminosa era considerada um indivíduo fisicamente e mentalmente frágil, características atribuídas a “defeitos genéticos” que elas carregavam, segundo os criminologistas (França, 2014). Esta visão se arrastou durante anos, reforçada por ideologias patriarcais de que mulheres são incapazes de compreender regras e constituem seres inferiores aos homens.

Durante o cumprimento de suas penas, essas mulheres enfrentam condições desfavoráveis em comparação aos homens na mesma situação. As políticas públicas e a legislação, que geralmente se concentram nas práticas e experiências masculinas, acabam invisibilizando e subalternizando as mulheres encarceradas. Além disso, essas mulheres enfrentam maior abandono afetivo por parte de seus familiares, em

comparação com os homens na mesma situação (Oliveira, 2012; Miyamoto; Krohling, 2014; Ribeiro; Godinho, 2021; Brito; Pedi; Mariano, 2023).

Como desenvolvemos adiante, na percepção dessas mulheres, os papéis sociais femininos relativos ao cuidado operam tanto como justificativa para maior punibilidade quanto como são obstaculizados pela pena, funcionando como punição adicional, dentro e fora do cárcere. Os padrões de gênero operam estruturalmente, influenciando tanto as explicações para o envolvimento das pessoas em práticas criminosas quanto o julgamento e a aplicação de punições.

Considerando esse contexto, neste espaço temos como objetivo compreender os efeitos da prisão nas experiências das mulheres a partir de dois recortes: os atravessamentos de gênero nas vivências do cumprimento da pena, durante e após o período em regime fechado; e, como concepções de solidariedade feminina afetam e são afetadas pelas vivências no cárcere. Nossas hipóteses de investigação foram as seguintes: 1. As mulheres autoras de crime enfrentam desafios singulares para o cumprimento de pena, seja no regime fechado ou quando egressas, em decorrência dos padrões de gênero vigentes em nosso meio social, o que gera para elas maiores dificuldades para manter laços familiares e afetivos devido à distância física, carências financeiras e preconceitos sociais; 2. As experiências de mulheres autoras de crime constroem visões singulares e contraditórias sobre as possibilidades e impossibilidades de solidariedade feminina. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida com mulheres em restrição de liberdade atendidas pelo Patronato Penitenciário de Londrina, no ano de 2023, por meio das técnicas de observação participante e de entrevista narrativa.

METODOLOGIA

A presente investigação qualitativa foi desenvolvida com mulheres atendidas pelo projeto de extensão e pesquisa da Universidade Estadual de Londrina. O objetivo do projeto coletivo foi de, a partir das percepções, relatos e depoimentos dessas mulheres, compreendermos as suas práticas sociais e os modos de viver e resistir às formas de

dominação patriarcal em contextos de restrição de liberdade. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Estadual de Londrina¹.

Para este artigo, utilizamos os dados coletados pelas pesquisadoras por meio da técnica de observação participante durante os cursos de extensão que foram ofertados no Patronato Penitenciário de Londrina/PR. Durante o período de outubro de 2022 a setembro de 2023, realizamos seis cursos para mulheres em cumprimento de pena de restrição de liberdade atendidas pela instituição. Para a execução das atividades, utilizamos o método roda de conversa empregada para facilitar uma troca horizontal com as participantes. Como métodos pedagógicos, fizemos uso das abordagens fornecidas pela pedagogia da escuta e pela dialogicidade. Deste modo, poderíamos promover uma educação dialógica e democrática empregando métodos eficazes para estabelecer relações entre universidade e comunidade através da extensão.

As técnicas utilizadas têm a linguagem e o diálogo como ponto comum, do qual devemos partir para estabelecer uma relação horizontal entre educadoras e educandas. Segundo Paulo Freire (1986), a educação deve se basear no diálogo para dissolver com a dinâmica autoritária e bancária de apenas depositar o conhecimento nos educandos. Para ele, “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1979, p. 69). Ao unir metodologia feminista (Mariano; Ferreira; Souza, 2022) com as ferramentas pedagógicas da pedagogia da escuta e da dialogicidade, criamos um ambiente de escuta ativa e diálogo que possibilitavam que as participantes do curso refletissem acerca de circunstâncias e comportamentos sociais motivados por dinâmicas patriarcais, para que dessa forma elas pudessem agir e pensar de maneira crítica e construir sua autonomia.

Com intuito de coletar dados e compreender como questões de gênero poderiam perpassar a experiência vivenciada por essas mulheres na prisão, lançamos mão do método de pesquisa qualitativa da observação participante (Valladares, 2007), criando

¹ CAAE: 68103223.2.0000.5231

ambientes de troca entre diferentes sujeitos da pesquisa, unindo as atividades da extensão com a produção de dados para a investigação social. Desse modo, a partir das atividades realizadas em roda de conversa, que tratavam sobre temas como o empoderamento feminino e autonomia, as pesquisadoras produziram diários de campo com as histórias, relatos e opiniões das mulheres sobre as temáticas tratadas no decorrer dos encontros.

Os dados coletados durante os cursos de extensão foram complementados por entrevistas individuais que realizamos com uma parcela das participantes, considerando como critério de seleção a experiência de cumprimento de pena em regime fechado em instituição prisional, o envolvimento delas com as temáticas do curso e suas disposições para a concessão de entrevista individual.

Entrevista narrativa (Flick, 2009) foi a técnica utilizada para a construção dos dados. As produções narrativas são promissoras para pesquisas feministas porque envolvem processos que permitem reflexões situadas (Sánchez, 2021; Mariano; Ferreira; Souza, 2022). As narrativas geradas também nos permitem uma visão coletiva sobre o fenômeno investigado, mesmo quando elaboradas em entrevistas individuais, pois narrativa é sempre uma produção social e não individual. A entrevista narrativa consiste em um tipo de interação fluída entre pesquisadora e participante da pesquisa (Flick, 2009).

As entrevistas foram realizadas em espaço de preferência da participante, com combinação prévia, em contato realizado via aplicativo de mensagens *WhatsApp*². Ainda, embora o projeto fosse coletivo, com várias pesquisadoras e extensionistas colaboradoras, optamos que a entrevista seria realizada sempre por uma pesquisadora que já tivera contato anterior com a participante no decorrer as ações extensionistas. Isso facilitaria o vínculo de confiança, dado que os tópicos das entrevistas envolvem situações estigmatizantes, como crime e prisão.

A duração média das entrevistas foi de aproximadamente 50 minutos e o registro foi em áudio, por meio de dispositivo eletrônico como *smartphone*. Os áudios foram

² O contato por meio de aplicativos de telefone celular foi possível por se tratar de mulheres em cumprimento de regime semiaberto ou prisão domiciliar.

posteriormente transcritos na íntegra para a compreensão adequada do contexto geral das narrativas elaboradas. O armazenamento foi em sistema de arquivamento de controle da equipe do projeto e os dados são utilizados exclusivamente para fins de pesquisa. No total, realizamos sete entrevistas dentre as quais selecionamos quatro narrativas com o critério de agrupar histórias de mulheres que passaram por unidades prisionais no regime fechado. Os relatos dessas mulheres detalham reflexões que já haviam surgido durante os cursos de extensão. O objetivo era utilizar métodos de pesquisa complementares para que pudéssemos obter uma visão abrangente e ao mesmo tempo aprofundada do fenômeno.

Com base nos referenciais selecionados, concebemos os processos sociais a partir do que Archer (1996) denominou de dupla morfogênese e, considerando a alteridade entre pesquisadoras e participantes da pesquisa, optamos por privilegiar como recurso explicativo e compreensivo o que Giddens (2009) designou como dupla hermenêutica. Como esses recursos, a pesquisa prioriza a “descrição densa” (Giddens, 2009), por meio da qual o exercício sociológico busca dar consequência à dupla hermenêutica. Com isso, estamos assumindo que as participantes da pesquisa, sujeitos cognoscentes, produtoras de conhecimento, dispõem de quadros analíticos a partir dos quais essas mulheres dão sentido e significado às suas vivências. Elas próprias dispõem de algumas explicações sobre nosso mundo social. Elas constroem uma hermenêutica. A sociologia, conforme a concepção da dupla hermenêutica, dispõe de outros quadros de referência que também pretendem produzir explicações e compreensão sobre esse mesmo mundo social.

Considerando, ainda, uma posição comum às pesquisas feministas de que o contexto importa e o conhecimento é situado (Mariano; Ferreira; Souza, 2022) a descrição densa é uma metodologia de análise de dados coerente e consistente que possibilita situar os diferentes sujeitos da pesquisa. Isso implica em situar as participantes da pesquisa, mulheres em condições econômicas, sociais, culturais e raciais bastante diversas das condições das pesquisadoras. E, igualmente, situar as pesquisadoras, mulheres que, de posse de alguns ou vários privilégios, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, não vivenciaram as experiências da incriminação, do cárcere, da desproteção e da fome.

OS SUJEITOS DA PESQUISA

O projeto de extensão atendeu 20 (vinte) mulheres, entre os meses de outubro de 2022 a setembro de 2023, entretanto só obtivemos as informações socioeconômicas e processuais de 15 (quinze) destas que se disponibilizaram em preencher as fichas cadastrais. Ao compilar os dados levantados, observamos que de 13 mulheres que responderam ao questionário sobre a sua raça/cor autodeclarada, 9 delas se consideram preta/parda/morena e 4 brancas. Tais informações corroboram com a realidade nacional acerca do perfil racial de mulheres encarceradas no país que, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Brasil, 2018), realizado em 2018, 68% das mulheres que estavam custodiadas no sistema prisional eram negras, enquanto 31% eram brancas.

Segundo esse Levantamento, 47,33% da população carcerária feminina no Brasil era composta por mulheres jovens que tinham até 29 anos de idade, sendo que deste percentual 25,22% possuíam entre 18 e 24 anos e 22,11% entre 25 a 29 anos (Brasil, 2018). No que se refere à faixa etária das mulheres participantes do projeto de extensão, temos a seguinte distribuição: 6 delas com idade entre 40 a 59 anos; 5 com até 29 anos; 2 entre 30 a 39 anos; e 2 mulheres com mais de 60 anos. Observa-se dos dados levantados que não houve a prevalência de mulheres jovens, como se era esperado, considerando o perfil etário da população carcerária feminina no Brasil.

Quanto às informações conjugais e familiares das mulheres atendidas, a maioria delas possuía ao menos 1 filho, sendo que 5 delas responderam que tinham apenas 1, enquanto 6 mulheres tinham de 3 a 6 filhos e somente 1 mulher não tinha filho ou filha à época do preenchimento do formulário. Destes filhos, segundo as respostas apresentadas, a maior parte deles já não estava mais na infância ou adolescência. Apenas 4 mulheres possuíam filhos nestas fases. Já sobre o estado civil das participantes, 7 delas responderam que são solteiras, 3 em união estável, 3 estavam casadas e 2 eram viúvas. Estes dados atestam a realidade nacional deste grupo, na qual

74% das mulheres encarceradas possuem ao menos um filho e 62% desta população é solteira (Brasil, 2018).

Por fim, das 12 mulheres que responderam ao questionamento acerca do crime praticado, 7 delas foram condenadas por tráfico de drogas e/ou associação ao tráfico de drogas, ou seja, 58,33% foram privadas de liberdade devido ao seu envolvimento com tráfico de entorpecentes. Este número está muito próximo ao que fora aferido em âmbito nacional, de acordo com o INFOPEN Mulheres, no qual o cometimento do delito de tráfico de drogas prevaleceu entre 64,48% da população carcerária feminina. Na sequência, ficou o crime de roubo, com 15,72% de incidência entre as mulheres (Brasil, 2018). Registro similar ocorreu entre as participantes de nosso projeto, sendo o roubo o segundo crime mais reportado, com duas cursistas.

CRIME E CASTIGO ATRAVESSADOS POR GÊNERO: AS MULHERES AUTORAS DE VIOLÊNCIA

A evolução do estudo do crime e do “criminoso” compreende um percurso complexo e multifacetado que inclui diversos paradigmas e teorias criminológicas ao longo dos anos. Do positivismo ao funcionalismo, foram várias as explicações produzidas a partir dos indivíduos, cujas limitações foram expostas, por exemplo, pela vasta produção da Escola de Chicago e do interacionismo simbólico, no contexto da sociologia nos Estados Unidos da América. Nessa virada paradigmática, destaca-se a contribuição de Howard S. Becker, em *Outsiders Estudos da Sociologia do Desvio*. Nela, Becker (1963) fundamentou que regras, desvios e rótulos são produtos de processos políticos através dos quais determinados grupos conseguem estabelecer seus interesses como sendo mais legítimos do que outros. O desvio, portanto, não está estritamente relacionado ao indivíduo ou ao ato, mas sim é fruto de um longo processo resultante de conflitos pelos objetivos dos grupos específicos. Desse modo, “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele” (Becker, 1963, p. 27).

Diante das divergentes perspectivas sobre as causas do crime, nossa escolha por trabalhar com a perspectiva do interacionismo simbólico se justifica pela sua ênfase na compreensão do crime como uma construção social, resultante das interações sociais e das negociações de significados entre os diversos atores sociais. O interacionismo simbólico oferece uma abordagem mais abrangente e contextualizada, considerando as complexas dinâmicas sociais, culturais e estruturais envolvidas na produção do desvio e do comportamento criminoso, o que propicia um arcabouço produtivo para análises dos padrões de gênero nesses fenômenos. Ao reconhecer a centralidade das interações sociais na formação das identidades e dos padrões de comportamento desviante, o interacionismo simbólico proporciona uma base teórica sólida para a compreensão das múltiplas dimensões do fenômeno criminal.

Ao adotar a perspectiva do interacionismo simbólico como fundamentação, muda-se a própria pergunta de pesquisa sobre o envolvimento de um indivíduo com um ato classificado como crime. Com isso, ao investigar realidades de mulheres autoras de crime, estamos refletindo sobre seus contextos e interações em contraposição a imaginários sociais e até mesmo perspectivas teóricas forjadas na ordem patriarcal, a exemplo das teorias do pensamento dos positivistas Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero (2018).

Assim, compreendendo que as mulheres eram classificadas conforme atributos físicos, biológicos e psicológicos, a criminologia positivista argumenta que as “mulheres normais” tinham menor propensão à prática delituosa devido a uma suposta imobilidade do óvulo, além de estarem sempre ocupadas com afazeres domésticos e responsabilidades familiares. De outro modo, mulheres criminosas tinham um comportamento perverso que era originário de uma atividade psicológica que intensificava suas características negativas e as tornava propensas à maldade e crueldade (Ishiy, 2014).

Essas teorias difundidas pela criminologia positivista reforçam a ideia de que as mulheres deveriam ser classificadas conforme as atribuições determinadas para elas. Em outras palavras, mulheres criminosas são desviantes do padrão estabelecido socialmente como feminino. Enquanto transgressoras, elas se encontravam em uma posição que era

frequentemente associada aos homens, os quais eram os únicos detentores da capacidade criminosa. Portanto, mulheres que cometiam crimes eram consideradas monstros, assim como em outras circunstâncias mulheres também foram consideradas bruxas e feiticeiras (Ishiy, 2014).

Hermílio Santos (2016), ao investigar o fenômeno da violência perpetrada por mulheres, problematizou o destaque de estudos da sociologia brasileira que busca essa explicação na subordinação feminina à dominação masculina. Buscando maior complexidade do fenômeno, seus achados indicam que as mulheres também podem cometer atos violentos, desafiando a ideia de que a violência é exclusivamente masculina. Santos (2016) destaca a importância de compreender as motivações e os contextos em que essas mulheres se envolvem em comportamentos violentos ou criminosos, além de explorar as consequências sociais, psicológicas e jurídicas dessas ações.

O fenômeno do crescimento da população encarcerada foi acompanhado do desenvolvimento de teorias críticas ao que Loïc Wacquant (2001) denominou de Estado penal, o que vem sendo fortemente denunciado especialmente por movimentos negros, incluindo o feminismo negro. Essas abordagens têm importantes repercussões na academia e em movimentos sociais no Brasil. Loïc Wacquant (2001), trata do Estado penal para se referir ao sistema prisional que atua como uma ferramenta de controle social e uma forma de dominação das classes sociais marginalizadas. Ele argumenta que o Estado penal se expandiu significativamente nas últimas décadas, como uma substituição ao Estado de Bem-Estar Social, resultando em altos índices de encarceramento em diversos países, incluindo os Estados Unidos.

No contexto do crescimento da população carcerária, as mulheres têm sido afetadas de forma particularmente intensa. O encarceramento feminino tem aumentado de maneira mais rápida do que o masculino, evidenciando uma dinâmica de gênero na expansão do Estado penal. Wacquant (2001) argumenta que essa tendência reflete não apenas mudanças nas taxas de criminalidade, mas também a aplicação de políticas punitivas direcionadas às mulheres.

Ao articular gênero, raça e classe, encontramos um notório exemplo de olhar crítico na obra de Angela Davis. No livro *Estarão as Prisões Obsoletas?*, Angela Davis (2018) apresenta uma crítica contundente ao sistema prisional como forma de resposta à criminalidade. Ela argumenta que as prisões não são eficazes na reabilitação dos indivíduos e que, ao contrário, perpetuam a violência e a marginalização social. Davis destaca que o sistema prisional é profundamente discriminatório, afetando de forma desproporcional as comunidades marginalizadas, particularmente pessoas negras e pobres. Davis destaca que as mulheres são frequentemente marginalizadas e invisibilizadas nas discussões sobre encarceramento, já que a maioria das pesquisas e políticas se concentra nos homens. Ela argumenta que as mulheres encarceradas enfrentam desafios específicos, como abuso sexual, saúde precária, dificuldades em manter relacionamentos familiares e acesso limitado a recursos e oportunidades após a libertação.

Com as mulheres participantes de nossa pesquisa, o sistema de controle teve êxito na incriminação. Como elas próprias, tendo passado pela situação de prisão, compreendem essa experiência? Como o sistema de gênero atravessa a vivência delas no cumprimento da pena, durante e após o período em regime fechado? Como concepções de solidariedade feminina afetam e são afetadas pelas vivências no cárcere? Nas próximas seções, nos dedicamos às análises dessas questões a partir das narrativas das mulheres em restrição de liberdade.

VIVENDO EM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES

A análise das narrativas das mulheres em situação de prisão revela uma complexa interseção entre gênero, sistema penal e desigualdades sociais. Essas experiências refletem não apenas as condições precárias do sistema prisional, mas também as formas específicas de opressão e marginalização enfrentadas por mulheres que vivenciam o encarceramento. Nesta seção, exploramos como os relatos dessas mulheres evidenciam os desafios singulares enfrentados no cumprimento de pena em decorrência dos padrões de gênero vigentes em nossa sociedade.

Aqui reunimos reflexões a partir das rodas de conversa com as mulheres em restrição de liberdade que se complementam com relatos de quatro mulheres entrevistadas individualmente. Para essa seção e a seguinte, separamos relatos de três mulheres que participaram da nossa ação extensionista. Elas relataram durante os cursos suas experiências com a prisão, pois as três estiveram presas. A análise de seus contextos e “escolhas”, portanto, deve considerar a abordagem interseccional das opressões de gênero, raça e classe, evidenciando como essas dimensões se entrelaçam para produzir formas específicas de violência e exclusão social. Ao contextualizar o arcabouço teórico com os relatos das entrevistadas associados às reflexões e dados coletados durante os cursos de extensão, é possível ampliar nossa compreensão sobre as experiências das mulheres em situação de prisão.

Um dos aspectos mais impactantes nos relatos das entrevistadas é a maneira como a maternidade e a saúde reprodutiva são afetadas pelo contexto da prisão. Márcia, por exemplo, compartilha suas experiências durante a gravidez enquanto estava detida, destacando as dificuldades de receber cuidados médicos adequados e a negligência quanto às suas necessidades básicas de saúde, destacando a falta de opções alimentares e a negligência quanto à sua saúde reprodutiva:

Eu nunca tinha engravidado antes, né? (riso) Então foi se eu não sabia como seria, se eu tivesse na rua, né? Mas eu sentia vontade de comer as coisas e não tinha. Mas eu já coloquei na minha cabeça também que eu não podia ficar tendo vontade muito que isso era frescura, que né. É quando eu fui presa, eu estava tendo muito enjoo, não conseguia comer pão. É daí quando eu fui presa, eu parei também. Com esses enjoos, não sei se foi porque já fiz os 3 meses, né? Mas eu não estava conseguindo comer direito quando eu estava na clínica. Quando chegou lá, o que tinha para comer, eu comia, né? E aí eu não tomava o leite, mas daí quando eu fiz a ultrassom, eu achava que o neném estava magrinho. Eu comecei a tomar o leite, eu falei “eu vou ter que tomar, vou ter que comer isso daqui mesmo sendo ruim”. Tinha dias que vinha a comida que não dava para comer. Tinha até pedra no meio da comida e aí a gente ficava com fome (informação verbal)³.

A falta de assistência médica adequada durante a gestação, também relatada por Márcia e outras participantes do projeto, bem como amplamente narrada por Nana Queiroz (2015), em *Presos que Menstruam*, evidencia as vulnerabilidades específicas

³ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 27/09/2023 (Márcia, 2023).

enfrentadas por mulheres grávidas no sistema prisional, que muitas vezes são privadas de cuidados essenciais devido à negligência institucional (Leal *et al*, 2016).

Os relatos das entrevistadas também revelam a maneira como a maternidade é vivenciada no contexto da prisão e como essa experiência pode impactar os laços familiares e afetivos das mulheres. Cláudia, por exemplo, discorre sobre o sofrimento das mães encarceradas ao se verem separadas de seus filhos, ressaltando as dificuldades de manter o vínculo materno diante das restrições impostas pelo sistema prisional:

Então foi onde eu comecei a pensar e aí eu lembro ainda uma das coisas assim que me marcou muito foi a questão até do meu filho sabe que ali eu não tinha filho e eu via o sofrimento das mães que estavam ali dentro e eu falava, nossa, ainda bem que eu não tenho filho nenhum aqui dentro porque acho que pesaria muito, muito a cadeia porque é difícil a pessoa, ter alguém que na verdade é responsabilidade nossa e estar na mão de outra pessoa, outra pessoa cuidando, outra pessoa... Então eu lembro que eu pensava muito nisso, que eu via as mães chorando desesperada porque não podia ver o filho, com desespero e não tinha o que fazer.

(...)

porque o juiz na verdade ele não vê isso. Ele vê o que você fez, até porque se você tem filho e você vai fazer coisa errada, no juiz vê até... Assim, a pessoa é como se a gente tivesse usando a criança pra poder ter a liberdade, só. Porque... Na verdade... [...] piora um pouco o julgamento por conta disso (informação verbal)⁴.

O depoimento de Cláudia exemplifica o que a criminologia feminista tem denunciado como vieses de gênero no julgamento e punição de mulheres “criminosas” e, ademais, esses elementos indicam como as políticas de encarceramento impactam não apenas as mulheres detidas, mas também suas famílias e comunidades, gerando traumas e rupturas nos laços afetivos e familiares, especialmente com as crianças.

Márcia, uma vez fora do sistema prisional, em cumprimento de prisão domiciliar, relata como persistem barreiras para o exercício do cuidado com seu filho, ainda criança, em demandas escolares e de saúde:

Daí só expliquei [para o filho] que eu não podia sair de casa, porque às vezes ele queria. Vamos em tal lugar? “Não posso; a mãe não pode ir”. Tanto que até hoje, às vezes eu falo: “Ah, eu vou em tal

⁴ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 27/09/2023. (Cláudia, 2023).

lugar”. Ele fala assim: “você não pode”. Ele cuida, sabe? (Riso) Um dia ele estava passando mal. Eu falei: “vamos, a mãe vai te levar no médico”. E ele: “não mãe, você não pode; o juiz vai te prender”.

(...)

Por mais que seja só uma torzeleira, você não pode sair de casa. O (nome do filho) mesmo tá precisando comprar lápis, apontador e borracha. Não posso ir. Eu tenho que esperar o dia que a minha mãe puder ir, porque ela trabalha também. Então quando ela chega, o bazar já está fechado. Ele está indo para escola sem (informação verbal)⁵.

Márcia lida com esses desafios oscilando entre o pedido de ajuda à sua mãe e o cometimento de “faltas” no controle do monitoramento eletrônico. Essa experiência evidencia como as mulheres em situação de prisão enfrentam obstáculos específicos de gênero que afetam sua saúde e bem-estar durante o cumprimento da pena. Em pesquisa empírica realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, com mulheres em prisão domiciliar, Jessica de Jesus Mota (2022, p. 10) concluiu que elas vivenciam uma situação “nem dentro e nem fora das prisões”, visto que após o aprisionamento doméstico, apesar de não sofrerem as violações inerentes ao cárcere, têm limitado o acesso a diversas políticas públicas”.

Estes relatos das entrevistadas confirmam um cenário que já havíamos observado durante os cursos de extensão. Mulheres egressas do sistema prisional possuem dificuldades únicas para se ressocializar pois são demandas para ficarem em suas casas cuidando dos filhos. A cursista Carolina que participou de nossas rodas de conversa sempre estava acompanhada dos seus filhos e relatou que seu marido não aceitava ficar com os cuidados das crianças enquanto ela estava no curso.

O curso ofertado por nós, além dos ensinamentos acerca de empoderamento e autonomia feminina, disponibilizamos ao final um certificado de horas que poderia ser utilizado para remição de pena. Portanto, a ação extensionista também participava indiretamente do cumprimento de pena dessas mulheres. Assim, observamos que mulheres enfrentam desafios específicos no cumprimento de suas penas e na ressocialização, sendo demandas pelos cuidados com filhos ou familiares. Nesse

⁵ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 27/09/2023 (Márcia, 2023).

sentindo, Carolina também nos contou que recusou uma oferta de emprego pois não havia encontrado vaga na creche para seu filho.

Além dos desafios enfrentados em relação à maternidade e saúde reprodutiva, os relatos das entrevistadas também evidenciam as desigualdades de gênero presentes no sistema penal. Cláudia, por exemplo, destaca a maneira como as mães encarceradas são tratadas de forma diferente pela Justiça, muitas vezes sendo penalizadas de maneira mais severa devido à sua condição de cuidadoras.

É, piora um pouco o julgamento por conta disso [ter filho]. Porque, na verdade, você tem filho e você vai fazer alguma coisa errada e depois você vai sair na lei da mãezinha por conta que você tem uma criança. Então é difícil. Então era bem poucas pessoas que saíam nessa lei. As mães que realmente tinham cometido crime quando estavam com a criança ali, era difícil sair, não saía (informação verbal)⁶.

O que Cláudia sugere é que a possibilidade legal de uma ré ser beneficiada, durante o cumprimento da pena, com a chamada “lei da mãezinha”⁷, pode induzir os agentes do sistema penal à aplicação de penas mais severas. Percebemos, assim, como as mulheres autoras de crimes são afetadas não apenas pelas condições precárias do sistema carcerário, mas também pelas normas de gênero que perpetuam a desigualdade e a discriminação dentro e fora das prisões.

Conforme já mencionamos, há uma parcela da literatura que afirma que mulheres são duplamente punidas por seus desvios, uma vez que delas é esperado um comportamento passivo e subserviente. Portanto, mulheres que cometem crimes, para além de transgredir penalmente também estão rompendo com expectativas de gênero (Lemgruber, 1999). Nesse aspecto, um relato da cursista Ana nos faz refletir sobre essa teoria. Ela nos disse que em sua audiência foi questionada pela juíza do caso sobre não ter pensado em seus filhos no momento da prática delituosa. Isso nos leva a crer que em processos que envolvem mulheres como sujeito ativo do crime o julgamento perpassa a

⁶ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 27/09/2023 (Cláudia, 2023).

⁷ “Lei da mãezinha” é a denominação popular para a Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), que “estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação”.

esfera criminal, e expectativas de gênero, como ser uma boa esposa e uma boa mãe, tendem a ser sopesados relevantes para o caso.

Outro aspecto abordado pelas entrevistadas e nos cursos de extensão é a experiência da violência de gênero e o abandono social vivenciado por muitas mulheres em situação de prisão. Solange, por exemplo, que ingressou nos “negócios” de tráfico de drogas para sustentar sozinha os seis filhos, compartilhou suas experiências de violência doméstica e abuso antes e durante o período de encarceramento. De sua trajetória, ela destaca sua dedicação como mãe e destaca a maneira como a prisão impactou sua vida e suas relações familiares e interpessoais:

Eu morava para a minha mãe (...) E aí... [a prisão] foi um choque muito grande assim, para minha família, tudo. Mas, graças a Deus, eles me apoiaram. Fizeram tudo o que podia fazer para me ajudar, enfim.

(...)

Recebi a visita da minha filha. Lá eu recebi a visita dela. Também teve uma hora que eu também não deixei ela ir mais.

(...)

Até hoje eu sou assim. Sou uma mãe muito cuidadosa. Sou muito apegada. Meu filho sai é “onde você tá?”. Sai um pouquinho, eu tô com o telefone: “Você tá aí?” “Vem embora que já tá tarde.” Agora você imagina numa prisão? Sabendo que você tem filho lá fora. (...) E quando conversava com eles, começava a chorar; daí... Pensa numa mãe. A carcereira falava: “Para de chorar, mãe.” Eu falava: “É meus filhos, são tudo pra mim.”

(...)

Presa. Os três [morreram enquanto eu estava presa]. Dois eu consegui ir no velório. Que é os dois rapaz, os dois casados (informação verbal)⁸.

Solange nos auxilia a compreender como essas mulheres frequentemente enfrentam múltiplas formas de violência e punição, tanto dentro quanto fora das prisões. Com a noção de maternidade fraturada, Nelia Maria Portugal Flores e Luciane Najjar Smeha (2019, p. 17) trataram como a “possibilidade de maternar esbarra na precariedade das relações estabelecidas durante o cumprimento da pena”. Como vemos adiante,

⁸ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 06/10/2023 (Solange, 2023).

esses obstáculos vão para além do regime fechado, marcando também o cumprimento da pena com monitoração eletrônica⁹. Além dos desafios relacionados à maternidade, saúde reprodutiva e violência de gênero, os relatos de Maria também destacam as dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de prisão devido ao abandono social e à falta de apoio da família e da comunidade. Maria compartilhou suas experiências de isolamento e solidão durante o período de encarceramento, ressaltando a ausência de visitas e suporte emocional por parte de seus familiares. Em uma das passagens, Maria revela a própria dificuldade de narrar essa experiência:

[Recebi visita da] (nome da filha). E do meu irmão, né? Depois meu irmão começou a ir. Mas eu não ligava pra sacola¹⁰, sabe assim? Eu só queria terminar lá e ir embora (choro). Mas eu não sabia que... (pausa) que... (pausa) (choro) Tem coisas... Tem coisa aqui... lá dentro. (pausa) Igual, lá eu tinha mais liberdade do que aqui, porque lá eu podia trabalhar, aqui eu não posso trabalhar, fico 24 horas em casa (informação verbal)¹¹.

Maria, que estava na ocasião em prisão domiciliar com monitoração eletrônica, expressa o paradoxo da situação. Por um lado, há o benefício de que ela está em casa. Por outro lado, a ociosidade em casa é também fator de sofrimento. Esse sofrimento também se deve ao isolamento social vivido por ela que mantêm o máximo de distância possível em relação à vizinhança, inclusive com temor de ser objeto de violência popular caso seu crime seja conhecido na comunidade. Maria foi condenada após acusação de conivência com seu companheiro que abusou sexualmente de suas duas filhas entre a infância e a adolescência. Na prisão ela ficava na ala popularmente chamada de “seguro”, um espaço que separa mulheres que cumprem penas por crimes contra crianças e crimes sexuais, entre outros, considerados inaceitáveis pela população carcerária.

A falta de apoio social agrava ainda mais o impacto do encarceramento na vida das mulheres, aumentando seu senso de desamparo e alienação. Márcia, por exemplo,

⁹ Nos casos das entrevistadas, a “tornozeleira” eletrônica é uma forma de fiscalização judicial utilizada com mulheres que estão em regime semiaberto harmonizado ou em prisão domiciliar.

¹⁰ “Sacola” é a expressão popularizada para se referir à entrega de alimentos e produtos de higiene pessoal às pessoas custodiadas em unidades prisionais.

¹¹ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 28/09/2023 (Maria, 2023).

relatou a ausência generalizada de visitas às mulheres presas enquanto ela esteve em uma unidade prisional em Curitiba:

E lá ninguém tinha nada, ninguém tinha visita. Eu não sei se por a maioria morar longe, né, porque vai todo mundo do Paraná, vai pra lá, para Curitiba, que tá grávida. Então, ninguém tinha visita, ninguém tinha sacola. Era muito raro alguém receber alguma coisa. Eu recebi um Sedex uma vez que a minha mãe conseguiu me mandar porque era muito caro, né? Para mandar por Sedex, não dava para mandar a cada 15 dias.

(...)

No 3º. [Distrito], tinha as que tinha sacola e tinha as que era abandonada, que não tinha nada. Tinha umas que tinha visita, geralmente era mãe, irmã ou amiga que ia, uma pessoa só que ouvia o marido indo uma só. E era poucas também que tinha visita (informação verbal)¹².

Além da ausência de visitas para as mulheres, tivemos relatos de que, nas poucas vezes em que elas eram realizadas, era uma mulher que se dispunha e ir até a unidade prisional. Em um encontro que tivemos com elas durante a ação extensionista, no qual impulsionamos diversas reflexões sobre a desigualdade de gênero, a participante Ester relatou que “homem não vai na porta da cadeia”, fazendo alusão ao fato de que homens não estão presentes. As demais cursistas presentes concordaram com a fala de Ester e ainda acrescentaram que receberam visitas somente de suas filhas, as quais, em alguns casos, mesmo enfrentando situações vexatórias durante a revista para adentrar no presídio, persistiram nas visitas.

Tais relatos sobre o abandono afetivo, principalmente por parte de maridos/companheiros, são comumente encontrados na literatura científica. As razões para tanto são diversas e vão desde expectativas sociais que recaem sobre os homens como manter relações sexuais frequentes, o que não ocorre em relações que envolvem pessoas em restrição de liberdade (Lermen; Silva, 2018), até o estigma de ter uma companheira presa (Souza, 2021). Para Goffman (1988), este último se explica em virtude de que possuir um indivíduo estigmatizado pode levar a sociedade a considerar que os indivíduos são um só.

¹² Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 27/09/2023 (Márcia, 2023).

Essas histórias revelam como as mulheres em situação de prisão muitas vezes são deixadas à margem pela sociedade, enfrentando o estigma e a exclusão social que dificultam sua reintegração e recuperação. Vários desses relatos destacam a importância de se abordar não apenas as questões estruturais do sistema penal, mas também as dimensões sociais e emocionais do encarceramento, reconhecendo a necessidade de apoio e solidariedade para mulheres em situação de vulnerabilidade.

A análise dos relatos das mulheres entrevistadas evidencia os desafios singulares enfrentados por mulheres em situação de prisão devido aos padrões de gênero vigentes em nossa sociedade. Essas experiências destacam a necessidade de abordagens mais sensíveis ao gênero nos sistemas penal e prisional, que reconheçam e respondam às necessidades específicas das mulheres detidas.

A situação de prisão ou cárcere pode ser difícil e desafiadora para todas as pessoas. No entanto, as mulheres presas enfrentam questões específicas de gênero, incluindo o acesso a recursos e cuidados de saúde adequados, incluindo cuidados com a saúde reprodutiva e assistência para vítimas de abuso sexual ou outra violência. Além disso, as mulheres presas também podem enfrentar discriminação e estereótipos baseados em gênero, e podem ser vítimas de abuso sexual ou outra violência por parte de guardas e/ou de outras pessoas encarceradas (Leal; Monteiro, 2019).

SOLIDARIEDADE FEMININA: VISÕES E CONTRADIÇÕES NO CONTEXTO PRISIONAL

Redes de apoio e solidariedade constituídas por mulheres têm sido historicamente um importante fator explicativo para os vínculos comunitários. Maria Gabriela Hita e Luciana Duccini (2008), por exemplo, em pesquisa realizada em comunidade periférica de Salvador, caracterizaram a importância das redes de apoio, dos circuitos de reciprocidade e de sociabilidade como mecanismos que operam em favor de uma maior integração das pessoas em situação de pobreza e promovem formas de proteção para situações de vulnerabilidade social. Nesses contextos, essas redes e circuitos são criados e alimentados notadamente por mulheres (Ferreira; Mariano, 2022). As instituições totais (Goffman, 1987), por sua vez, apresentam uma realidade *sui generis*

para se pensar os vínculos entre mulheres. Em pesquisa realizada em um centro de atendimento socioeducativo feminino de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Roberta Silveira Pamplona (2015) tratou das dificuldades para a sororidade dentro de uma instituição total, decorrentes das próprias normas da unidade que proíbem muitas formas de interação entre as adolescentes.

O sistema prisional, portanto, pode se constituir como um ambiente especialmente desafiador, complexo e multifacetado para o tema da solidariedade feminina. As experiências das mulheres em situação de restrição de liberdade oferecem *insights* valiosos sobre as possibilidades e limitações dessa solidariedade, sem os riscos dos essencialismos. Ao explorar os relatos e as vivências dessas mulheres, podemos compreender mais profundamente as dinâmicas sociais e emocionais que permeiam o ambiente prisional.

O livro *Presos que Menstruam*, de Nana Queiroz (2015), apresenta uma série de relatos profundos que revelam as diferentes facetas da solidariedade feminina dentro do sistema prisional. No livro de Drauzio Varella (2017), *Prisioneiras*, o autor reflete sobre as diferenças entre presídios masculinos e um presídio feminino, e considera *sui generis* o modo como os conflitos são gerados e administrados entre as presas e como se estendem no tempo, distinções convergentes com o que também recebemos em depoimentos de servidoras que atuam nesse sistema e com as quais mantivemos contato nas ações de extensão universitária. Os relatos acessados em nossa pesquisa oferecem uma visão íntima das experiências das mulheres encarceradas, destacando tanto os momentos de apoio e solidariedade quanto as contradições e desafios enfrentados por elas.

Uma das questões centrais abordadas pelos relatos é a forma como as mulheres encarceradas se unem em solidariedade diante das adversidades. Márcia, por exemplo, compartilha sua experiência ao ingressar no sistema prisional. Ao chegar à cela, ela foi acolhida por outras mulheres que a ajudaram e ofereceram apoio emocional. Essas mulheres compartilham recursos, oferecem conselhos e se solidarizam com Márcia durante sua gravidez.

E aí eu entrei para dentro [da galeria]. E aí logo que eu entrei, aquele monte de mulher na grade gritando e falei “meu Deus, que que está acontecendo?” (riso) “O que, onde eu vim parar? E agora, o que que eu faço?” Olhava para um lado, olhava para o outro, eu não sabia o que eu fazia, né? Aí teve uma moça que falou: “vem, entre aqui, senta aqui.” Daí eu entrei, né?

(...)

E aí a menina me chamou. E daí já começou a perguntar o que tinha acontecido e tal. Daí eu falei que eu estava grávida, né? Elas me deram o que comer, tudo. Falou: “ó, fica aqui, não sei o quê, eu vou te ajudar. Tal... não se assusta não, é assim mesmo.” E começou a conversar. Foram super gente boa comigo. Falou: “você pode ficar aqui, né? A gente arruma um cantinho, você dorme aqui”. Aí me emprestaram uma roupa, né? Daí tinha chuveiro para tomar banho. Tudo. Me receberam lá. (informação verbal)¹³.

Esse tipo de solidariedade entre mulheres encarceradas é fundamental para enfrentar os desafios do ambiente prisional e proporciona um senso de comunidade e apoio mútuo em meio à adversidade. No entanto, as experiências das mulheres também revelam as contradições e rupturas na solidariedade feminina dentro do sistema prisional. Maria, por exemplo, sofreu uma grave queimadura no rosto ao ser atingida por água quente durante uma briga dentro da cela entre outras duas mulheres e, sem participar do conflito, ela foi atingida e ferida.

Os elos de solidariedade entre as mulheres em situação de prisão são consideravelmente frágeis. Ao passo que elas relatam a existência de sororidade dentro da prisão, há também aquelas que afirmam que os conflitos entre as presas estão sempre presentes na realidade do cárcere. Solange, por exemplo, afirmou que, embora fosse respeitada dentro da unidade prisional, as brigas entre as suas colegas eram frequentes:

(...) Mas eu não sabia qual o ambiente era pesado daquele jeito, entendeu? Só que elas me respeitavam muito. Nunca me maltratou. (...) É, elas me tratavam bem. Tia dali, tia de cá, nunca... Havia briga? Havia. Havia espancamento? Havia. (...) Às vezes você está quieto e a pessoa levanta batendo, sabe? Nas outras? Sabe? Eu falava “Meu Deus!” Às vezes, você tinha que conversar com elas. (...) Mas sabe tinha vez também que virava a cá e dormia e nem ‘tchum’. Nem me envolvia. Eu queria era ir embora dali. (informação verbal)¹⁴

¹³ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 27/09/2023 (Márcia, 2023).

¹⁴ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 06/10/2023 (Solange, 2023).

Nos dados da pesquisa de Fernanda de M. D. Frinhani e Lídio de Souza (2005), realizada na Penitenciária Estadual Feminina do Espírito Santo, também estiveram evidentes relatos sobre a possibilidade de solidariedade entre as presas daquela instituição. A despeito disso, assim como notamos nas entrevistas que realizamos, a solidariedade nunca é exercida plenamente pela população carcerária feminina. Em *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*, Julita Lemgruber (1999) apresenta dados semelhantes e esclarece que essa impossibilidade se dá em razão de sobreposição dos interesses individuais aos coletivos.

Em nossos planejamentos da ação extensionistas, incluímos um encontro para falar especificamente sobre sororidade. Neste dia, elas foram uníssonas em relatar que não há solidariedade entre as mulheres na prisão. Relatos como “é difícil confiar em mulher” estiveram presentes em quase todo o curso, mas principalmente neste dia em questão. Para elas, não há amizade entre mulheres, tanto dentro quanto fora da prisão. Um dos relatos que nos chamou atenção foi sobre a competição que elas dizem existir quando “canta o alvará”¹⁵. Segundo as participantes, diferente do que ocorre em um presídio masculino, onde um alvará é comemorado pelos companheiros de cela, na prisão feminina a notícia de soltura cria rivalidade entre as mulheres.

Análises como a de Simone de Beauvoir (1970) acerca da relação entre mulheres podem nos ajudar a compreender os conflitos presentes no cárcere. Para Beauvoir (1970) em nossa sociedade as mulheres estão acostumadas a se enxergarem como rivais e em constante competição pela atenção e amor masculino. Do contrário, os homens buscam um cúmplice para acompanhá-lo em prostíbulos e conquistas e, dessa forma, legitimar sua masculinidade. A filósofa compreende que as mulheres são criadas como inimigas pelo machismo para que estejam sempre divididas e submissas (Beauvoir, 1970). Nesse sentido, Queiroz (2015) entende que na prisão essas dinâmicas são inflamadas pela tensão gerada pela restrição da liberdade.

Para mulheres como Márcia, Solange e Maria, a incriminação e a prisão resultaram em isolamento social. Cláudia, diferentemente, a despeito da circunstância de estar ela

¹⁵ Termo comumente utilizado no ambiente prisional que faz referência à expedição de alvará de soltura.

e o marido com monitoração eletrônica, ela ainda consegue manter laços sociais com a comunidade religiosa e com familiares, conforme relatou:

E agora, quando eu coloquei a tornozeleira, é... O pessoal da igreja vem, faz célula aqui, porque eu ia pra igreja, né? Então, uma vez por semana, eles vêm fazer a célula aqui. E sempre que tenha algum aniversário, tipo da minha avó ou do meu avô, da minha mãe, é tudo aqui (riso). Daí sempre que tem alguma coisinha, é tudo aqui para a gente poder tá participando. Daí os parentes do meu marido também, de vez em quando eles vêm almoçar ou vêm jantar, faz alguma coisa aqui, e tá sendo assim. (informação verbal)¹⁶.

Cláudia, que se distingue das demais quanto à conservação de laços familiares e comunitários, é também a única que conservou o casamento durante esse percurso com os sistemas penal e prisional. Durante nossas experiências extensionistas o mais comum foi conhecer histórias de mulheres que viveram a dissolução da união conjugal durante esse percurso, algo identificado por várias pesquisas com essa população no Brasil (Queiroz, 2015; Padovani, 2023).

Além das relações entre mulheres encarceradas, surgiram também relatos que destacaram a importância da solidariedade vinda da equipe carcerária. Mulheres como Maria e Solange reconhecem o apoio significativo recebido de funcionárias da prisão, que as ajudaram em momentos de necessidade e ofereceram cuidados e proteção. Essa forma de solidariedade transcende as divisões entre elas e funcionárias e demonstra como as relações de apoio podem se manifestar de maneiras inesperadas dentro do ambiente prisional.

As contradições nas percepções das mulheres sobre a solidariedade feminina dentro do sistema prisional são influenciadas por uma variedade de fatores. As experiências individuais de cada mulher, incluindo seu histórico de vida, relacionamentos interpessoais e circunstâncias específicas de encarceramento, moldam suas percepções e expectativas em relação à solidariedade entre mulheres. Além disso, as dinâmicas de poder e as normas sociais dentro da prisão desempenham um papel importante na formação dessas visões. Por exemplo, elas podem se sentir pressionadas a competir por

¹⁶ Informação coletada na entrevista conduzida pelas colaboradoras do projeto de extensão e de pesquisa, da Universidade Estadual de Londrina, realizada em Londrina no dia 27/09/2023 (Márcia, 2023).

recursos escassos ou a se proteger de ameaças percebidas, o que pode minar o sentimento de solidariedade.

Portanto, essas experiências oferecem uma visão multifacetada das possibilidades e desafios da solidariedade feminina dentro do sistema prisional. Ao examinar esses relatos com mais profundidade e detalhes, podemos compreender melhor as complexidades das relações interpessoais e as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres em um ambiente tão desafiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as condições das mulheres apenadas, as situações expostas sobre as influências do gênero no julgamento e na realidade vivenciada não só dentro das penitenciárias, mas também a situação social em que se encontram as mulheres em outras modalidades de cumprimento de penas, surge a necessidade de ampliarmos as pesquisas acadêmicas que acessem as experiências e vivências dessas mulheres. As políticas de execução penal e de ressocialização precisam ser aprimoradas para levar em conta as especificidades da situação das mulheres em prisão, especialmente no que se refere a vieses de gênero que amplificam os efeitos da incriminação das mulheres e das penas.

Mulheres também são capazes de cometer atos de violência. No entanto, é importante lembrar que a maioria das vítimas de violência são mulheres, e que os padrões sociais e culturais frequentemente minimizam ou negligenciam a violência cometida por mulheres. Além disso, as mulheres que cometem atos de violência podem ser motivadas por diferentes fatores, incluindo abuso emocional ou físico, traumas passados, ou situações de estresse ou desespero.

Não há um perfil universal das mulheres que cometem crimes, pois o crime é uma questão complexa e multifatorial que depende de combinações diversas de fatores pessoais, sociais e econômicos. No entanto, este estudo se soma àqueles que sugerem que as mulheres que cometem crimes enfrentam desafios específicos, como discriminação de gênero, falta de recursos, traumas passados, problemas de saúde

mental e circunstâncias econômicas adversas. Além disso, as mulheres que cometem crimes costumam ser tratadas de maneira diferente em comparação com os homens que cometem crimes, incluindo menos acesso a recursos e maiores taxas de encarceramento. Pensando na justiça social com perspectiva de gênero, é importante evitar a estereotipação ou criminalização das mulheres que cometem crimes e, em vez disso, tratá-las de maneira equitativa e justa, oferecendo-lhes recursos adequados para ajudá-las a superar as circunstâncias que as levaram a cometer crimes.

REFERÊNCIAS

ARCHER, M. S. **Culture and agency, the place of culture in social theory**. Revised ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

AYRES, B. *et al.* Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 21, p. 2061-2070, 2016. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/nascer-na-prisao-gestacao-e-parto-atras-das-grades-no-brasil/15596?id=15596>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BECKER, H. S. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres**. 2. ed. Brasília/DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública: Departamento Penitenciário Nacional, 2018. p. 37-57. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.769, de 19 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação. Brasília, DF: Secretaria-Geral: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-

2018/2018/lei/l13769.htm#:~:text=Art.,de%20condenadas%20na%20mesma%20situa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 08 fev. 2024.

BRITO, M. L. R.; PEDI, M. T.; MARIANO, S. A. Quando vitimização e criminalização de mulheres formam um mesmo nó da violência de gênero. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 11, n. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/51739>. Acesso em: 02 fev. 2024.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FERREIRA, L. P.; MARIANO, S. Estratégias de cuidado e ciclos de vida familiar: as experiências de mulheres em situação de pobreza. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 59, n. 2, p. 84-96, mai./ago. 2023. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/25974/60749811 pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, N. M. P.; SMEHA, L. N. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280420>. Acesso em: 02 fev. 2024.

FRANÇA, M. H. de O. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis**, [S. l.], v.18, n. 1, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22547>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRINHANI, F. de M. D.; SOUZA, L. de. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. **Psicologia: teoria e prática**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 61-79, jun. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872005000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23 abr. 2024.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1988.

HITA, M. G.; DUCCINI, L. Exclusão social, desafiliação e inclusão social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas. In: ZICCARDI, A. (comp.). **Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social**: los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI. Bogotá: Siglo del Hombre Editores: Clacso-Crop, 2008.

ISHIY, K. T. **A desconstrução da criminalidade**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LEAL, T. C. de A.; MONTEIRO, A. O. Mulheres encarceradas: dificuldades vivenciadas antes, durante e após a prisão. **Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 151-172, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/46725>. Acesso em: 7 jul. 2023.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LERMEN, H. S.; SILVA, M. B. B. Masculinidades no cárcere: homens que visitam suas parceiras privadas de liberdade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 38, n. esp. 2, p. 73-87, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212034> Acesso em: 02 fev. 2024

LOMBROSO, C.; FERRERO, G. **A mulher delinquente**: A prostituta e a mulher normal. Curitiba: Editora antoniofontoura, 2018.

MARIANO, S. A.; FERREIRA, L. P.; SOUZA, M. F. Metodologia e ética feministas em pesquisa social com mulheres em situação de pobreza. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 10, n. 24, p. 192-212, abr./ago. 2022. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/500>. Acesso em: 2 fev. 2024.

MIYAMOTO, Y.; KROHLING, A. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, [S. l.], n. 40, 2014. Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/9artigo40.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MOTA, J. de J. **“Tu sai lá de dentro da cadeia, mas continua presa na rua”**: reflexões sobre a prisão domiciliar de mulheres mães e gestantes na região

metropolitana de Porto Alegre. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

OLIVEIRA, M. G. F. de.; SANTOS, A. F. P. R. dos. Desigualdade de gênero no sistema prisional: considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 236-246, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/15095/11088>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PADOVANI, N. C. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFScar, 2023.

PAMPLONA, R. S. A (im) possibilidade do sentimento de sororidade dentro de uma instituição total: um estudo no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino de Porto Alegre/RS. In: IV Encontro Nacional de Antropologia do Direito. (ENADIR), 4. 2015, São Paulo. **Anais Eletrônicos [...]**. São Paulo: FFLCH-USP, 2015. Disponível em: https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Roberta_Pamplona.paper_.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015. Kindle.

RIBEIRO, F. S. de A.; GODINHO, L. Histórias de vida de mulheres em situação de aprisionamento. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [S. l.], v. 14, p. 489-508, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v14n2.33963>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SÁNCHEZ, A. M. C. Implicaciones teóricas, políticas y metodológicas de la investigación activista feminista. **Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, Madrid, n. 50, p. 67-89, mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/30372/23125>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SANTOS, H. Mulheres como autoras de violência: evidências e agenda de pesquisa. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 42-58, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.1.23287>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SOUZA, C. R. N. **O cárcere feminino e seus aliados**: abandono, violência simbólica e institucional. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia do Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>. Acesso em: 08 fev. 2024.

VARELLA, D. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WALMSLEY, R. **World Female Imprisonment List**: Word Prison Brief. 4. ed. London: Institute for Crime & Justice Police Research: Birkbeck, University of London, 2017. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf. Acesso em: 07 jul. 2023.

Sobre as autoras

Kamila Klasmann

Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (2024). Possui especialização em Direito Penal e Processo Penal (2021) e graduação em Direito (2020). Atualmente é advogada e atua com ênfase em Direito Penal e Direito de Família. Tem experiência na defesa de direitos de populações vulneráveis e pesquisa temas como desigualdades sociais, gênero, encarceramento de mulheres, feminismo, feminicídios e violência contra a mulher.

Silvana Mariano

Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2008), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1998). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Estudos de Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, feminismo, transferência de renda, políticas públicas, cidadania, desenvolvimento humano, violência contra mulheres e meninas e feminicídio.